



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL**

**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI**



**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010  
BRASÍLIA/DF - 2010**



**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**  
**AUTARQUIA VINCULADA À CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, de 27 de outubro de 2010 e da DN TCU 108, de 24 de novembro de 2010, e orientações do órgão de controle interno.

Brasília/DF – 2010



**Instituto Nacional de Tecnologia da Informação**

**Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República**

**Diretor-Presidente**

Renato da Silveira Martini

**Diretor de Infra-Estrutura de Chaves Públicas – DINFRA**

Maurício Augusto Coelho

**Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN**

Pedro Paulo Lemos Machado

**Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração**

Júlio César de Oliveira de Albuquerque Pereira

**Procurador Chefe**

André Pinto Garcia



<b>Sumário</b>	<b>Pág</b>
01. Identificação da Unidade	05
02. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade	08
03. Informações sobre Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	30
04. Informações da Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores	30
05. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	31
06. Informações sobre as Transferências mediante Convênios, Contratos de Repasse e outros	33
07. Declaração sobre Contratos e Convênios	34
08. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730 com relação à entrega e tratamento das declarações de imposto de renda.	34
09. Informações sobre o sistema de controle da Unidade	34
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental	35
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da Unidade	35
12. Informações sobre a gestão de Tecnologia da Informação (TI) da Unidade	35
13. Informações sobre a utilização de cartão de Crédito Corporativo	36
14. Informação sobre Renúncia Tributária	37
15. Informações sobre providências para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou relatórios de auditoria	37
16. Informações do tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno	37
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão do exercício	37
18. Declaração do Contador Responsável	43

**Identificação de Relatório de Gestão Individual**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Casa Civil da Presidência da República		<b>Código SIORG:</b> 047388	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Instituto Nacional de Tecnologia da Informação			
<b>Denominação abreviada:</b> ITI			
<b>Código SIORG:</b> 047388	<b>Código LOA:</b> 20204	<b>Código SIAFI:</b> 243001	
<b>Situação Operacional:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal			
<b>Principal Atividade Econômica:</b> Administração Pública em geral			
<b>Código CNAE:</b> 8411600			
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 3424-3850	(61) 3424-3897	Fax: (61) 3424-3910
<b>Endereço Postal:</b> SCN Quadra 04 Bloco B Pétala D, sala 402 - Edifício Centro Empresarial Varig - CEP: 70714-900 – Brasília/DF – Brasil			
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:iti.gabinete@planalto.gov.br">iti.gabinete@planalto.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.iti.gov.br">http://www.iti.gov.br</a>			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação, gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Criada por intermédio do art. 12, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, inicialmente vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e posteriormente vinculado à Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, revogado pelo Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007. Sua estrutura está definida no Decreto nº 4.689, de 7 de maio de 2003.			
As Resoluções que tratam da gestão e estrutura da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira encontram-se disponíveis no site: <a href="http://www.iti.gov.br">http://www.iti.gov.br</a>			
<b>Manuais e Publicações relacionadas às atividades da unidade</b>			
<b>Revista Digital</b> – Ano 1 – nº 3 - 1º Semestre 2010, conteúdo disponível no site: <a href="http://www.iti.gov.br/twiki/pub/Certificacao/CartilhasCd/revistadigital1_semestre_2010.pdf">http://www.iti.gov.br/twiki/pub/Certificacao/CartilhasCd/revistadigital1_semestre_2010.pdf</a>			
<b>O Instituto promoveu, com o apoio de parceiros e outra entidades governamentais, os seguintes eventos para divulgação dos benefícios da Certificação Digital ICP - Brasil:</b>			
8º CertForum – Etapa Belo Horizonte/MG – 08 de abril de 2010			
8º CertForum – Etapa Rio de Janeiro/RJ – 06 de maio de 2010			
8º CertForum - Etapa Recife/PE – 20 de maio de 2010			
8º CertForum – Etapa Brasília/DF - 09 e 10 de junho 2010. Realizado junto com o 3º Encontro Nacional de Identificação, evento organizado pelo Departamento de Polícia Federal através do Instituto Nacional de de Identificação (INI/DPF) e 2º Congresso da Cidadania Digital.			
8º CertForum – Etapa São Paulo/SP - 30 de junho de 2010			
8º CertForum – Etapa Belém/PA – 18 de novembro de 2010			

**O ITI participou dos seguintes eventos no País e no exterior:**



- **Security Document World (SDW2010)** – Londres/Inglaterra – realizado de 08 a 10/02/2010.
- **RSA Conference** – San Francisco/Califórnia- EUA – realizado de 01 a 05/03/2010.
- **The Identity Conference 2010** – Emirados Árabes.
- **SCALA Government Information Exchange** – Mission to Panamá – AMCHAM-SP – O Desafio da Terceira Fase – transmitido ao vivo para todo o Brasil pela TV Decision – realizado no dia 29/01/2010.
- **Séptimo Congreso Internacional de Seguridad de la Información y las Comunicaciones – SegurInfo 2010** – Buenos Aires/Argentina – realizado nos dias 10 a 11/03/2010.
- **13a. Reunião do Sub-Grupo 13 de Comércio Eletrônico** – Buenos Aires/Argentina – realizado de 27 a 28/05/2010 – O evento tem como objetivo promover políticas de estratégias para o MERCOSUL no cenário da sociedade da informação, que é o principal Projeto de Cooperação Técnica Mercosul - União Européia.
- **DII Workshop – Document Interoperability Initiative Workshop** – Cidade de Redmond/Washington – EUA – realizado no dia 10/06/2010. Na oportunidade foi apresentada a palestra “Políticas de Assinatura Eletrônica e Cenário de Uso, Padrão ICP – Brasil de Assinatura Digital”.
- **Missão a San Salvador** – El Salvador – realizado de 27/06/2010 a 03/07/2010 – Proposta de cooperação na área de capacitação em software livre e possibilidade de criação de um CDTC – Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento Salvadorenho.
- **“Governo para o Futuro” Workshop** - FIA/USP – São Paulo/SP – realizado de 14 a 16/04/2010. O evento contou com o patrocínio da Microsoft e do PNUD.
- **Evento CARDS 2010 – XV Exposição e Conferência Internacional de Cartões, Serviços e Tecnologia** – Centro de Convenções Frei Caneca – São Paulo – SP, realizado de 26 a 28/04/2010. Apresentação da palestra: “O Projeto RIC: Antecedentes, Legislação, Tecnologias, Andamento e Oportunidades”. Participação da gravação do programa Pensar Brasil – TV Osasco, em entrevista sobre a ICP – Brasil.
- **3º Forum Internacional de TI Banrisul**, realizado nos dias 05 e 06 de abril - Porto Alegre/RS.
- **Seminário LIXO ELETRÔNICO**, promovido pela Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Debate com a Sociedade Civil Organizada, Iniciativa Privada e Poder Público com vistas a elaborar uma política pública participativa para tratar os resíduos sólidos urbanos derivados do descarte dos resíduos eletrônicos. Porto Alegre/RS – realizado no dia 21/06/2010.
- Apresentação de um painel sobre **Soluções de Governo Eletrônico** – Rio de Janeiro – Workshop para a delegação de representante do Governo do Irã.
- **Uptime Institute, LLC** sobre sistema de classificação de Data Centers mais difundidos do mundo, realizado no dia 01/06/2010.
- Reunião no dia 01/07/2010 com equipe do Governo Português sobre **Interoperabilidade da Infraestrutura de Certificação Digital entre Brasil e Portugal** e troca de experiências sobre o desenvolvimento da certificação digital vivenciadas nos dois países.
- Palestra no **Primeiro Seminário Regional OACI/CLAC, sobre Máquinas de Leitura de Documentos de Viagem (Passaporte), Tecnologia Biométrica e Normas de Segurança**, que foi realizado na cidade de Montevideú, Uruguai, realizado de 07 a 08 de julho de 2010. O evento,

indicado aos Estados Membros da ONU, visou destacar a necessidade de se usar documentos de viagem com tecnologia biométrica e Normas de Segurança a fim de "impedir a circulação de terroristas ou grupos terroristas através de controles eficazes nas fronteiras e controle da emissão de documentos de identidade e viagem, através de medidas de prevenção da contrafacção, falsificação ou utilização fraudulenta de documentos de identidade e de viagem".

– **11º Fórum Internacional Software Livre – FISL11**, realizado no período de 21 a 24 de julho de 2010, no auditório 41-A do Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, na cidade de Porto Alegre - RS. O Fórum Internacional de Software Livre (FISL) é considerado o maior encontro de comunidades de software livre da América Latina e um dos maiores do mundo. Promovido, organizado e realizado pelo Projeto Software Livre Brasil e pela Associação Software Livre. O FISL se tornou um ponto de encontro anual, de pessoas de todos os lugares do Brasil e do mundo para debates técnicos e estratégicos sobre o desenvolvimento e o uso do Software Livre.

– **Palestra no Nono Congresso Interamericano de Segurança da Informação - SEGURINFO CHILE**, realizado no dia 10/08/2010, na cidade de Santiago-Chile. O evento reuniu especialistas dos setores público e privado, de toda a América Latina, com o objetivo de compartilhar experiências e encontrar as soluções adequadas para as questões sobre Segurança da Informação que ocorrem no dia a dia.

– **Palestra no Seminário Internacional sobre Proteção de Dados Pessoais**, realizado no dia 12/08/2010, na cidade do Rio de Janeiro. O evento contribuiu para o debate sobre políticas públicas de proteção de dados pessoais no Brasil.

– **Abertura da 8ª edição do GRC Meeting 2010**, realizado pela Modulo, no dia 15/08/10 - Rio de Janeiro.

– **Palestra no Congresso - CNASI Courses & Training** realizada em São Paulo/SP nos dias 3, 4 e 5 de Agosto de 2010, no Centro de Convenções Frei Caneca, na Rua Frei Caneca, 569 – 4º andar, com o Tema: **Auditoria em Certificação Digital – ICP-Brasil**.

– Participação no **Curso Elucidativo sobre o Provimento da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo nº 11/2010**, realizado no dia 21 de agosto de 2010, em São Paulo.

– Reuniões de trabalho com o Governo Português no período de 21 a 24 de setembro/2010, em Lisboa/ Portugal, para tratar de assuntos sobre **Interoperabilidade e Reconhecimento Mútuo entre o Governo do Brasil e Portugal**.

– Participação e palestra no Evento **“PORTUGAL TECNOLÓGICO 2010”**, durante o período de 22 a 24 de setembro, e conferências sobre e-Gov, reuniões com entidades portuguesas envolvidas nos projetos “Cartão do Cidadão e identificação eletrônica brasileira e cabo-verdiana” e “RIC”. Reuniões de trabalho para discutir o impacto da tecnologia no futuro das administrações públicas, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural a nível mundial.

– Palestra no evento **“Diálogos de Fronteira”**, realizado no dia 15/09/2010, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

– **ECMShow Expo + Conference 2010** realizado na cidade de São Paulo/SP. O evento é considerado uma ferramenta de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico, através da participação efetiva de pesquisadores e profissionais brasileiros e estrangeiros. A participação do mesmo é importante, devido a projetos em andamento na CGNP, que tratam de gestão de segurança da informação.

– Palestra no **Primeiro Workshop Regional sobre o Registro de Identidade Civil Único**, que

tem como objetivo esclarecer dúvidas sobre o uso da certificação digital no projeto RIC. Este evento ocorreu durante todo o dia 30/09/2010, na cidade de Recife/PE.

- **Workshop Regional sobre RIC - SP** – Palestra a representantes regionais dos Institutos de Identificação no Comitê Gestor sobre certificado digital no RIC. Foram cinco encontros regionais.
- **7ª Reunião Ordinária da Comissão de Prevenção a Fraudes/Subcomissão de Prevenção a Fraudes Documentais**, realizado dia 19/10/2010, na sede da FEBRABAN em São Paulo – SP.
- **6º Simpósio em MRTD, Biometria e Padrões de Segurança** - Montreal/Canadá, realizado no período de 01 a 04 de novembro de 2010. Palestra sobre “PKI as a National Basic Infrastructure for Electronic Identification Projects in Brazil”.
- **“Primer Foro Regional de Líderes de Gobierno”** organizado pela "Secretaría de la Gestión Pública" do governo Argentino conjuntamente com a "Asociación Argentina de Usuarios de la Informática y las Comunicaciones - USUARIA", em Buenos Aires/Argentina no dia 16 de novembro.
- **TAG & TRACE**, no Auditório do Instituto de Tecnologia de Software – ITS, em São Paulo, realizado dia 22/11/2010. Apresentação de case do ITI.
- **V Encontro Nacional de Gestão de Documentos e Informações do Setor Elétrico – ENGEDI**: Palestra sobre "Certificação Digital: conceitos e aplicações", realizado de 24 a 26 de novembro de 2010, em Angra dos Reis/RJ.
- **“Encontro Baiano do Expresso Livre - EBA”**, realizado de 29/11 a 01/12/2010 em Salvador/BA. O EBA é organizado pelo SERPRO e pela PRODEB.
- **III Simpósio de Gestão Pública e TI**, realizado de 29/11 a 01/12, em Recife- PE. Palestra sobre o "Impacto do RIC - Registro Único de Identificação Civil no governo eletrônico".
- **V Congresso Internacional Biometria Argentina - CIBRA 10**, "Ferramentas biométricos de Segurança Pública", organizado pela Sede do Conselho de Ministros, na cidade de Buenos Aires, realizado no período de 29 de novembro a 01 de dezembro 2010. O evento tem como objetivo abordar questões relacionadas com a identidade biométrica, normas e práticas, bem como nova ordem de documentos, Substratos, *Chips*, Infraestruturas de Chaves Públicas e Biometria, experiências internacionais, dentre outras, sobre o uso da biometria em Segurança Pública.
- **Feira “CARTES 2010” - Conferência “e-Government”**, Paris/França, realizado no período de 7 a 09/12/2010, a convite da UBIFRANCE - Missão Econômica da Embaixada da França. Palestra sobre o tema “CARTÃO RIC - o Novo Documento de Identidade Civil do Cidadão Brasileiro”.
- **V Seminário Luso-Brasileiro de Direito Registral Imobiliário**, na cidade de Búzios, no litoral do Rio de Janeiro, realizado nos dias 02 e 03 de dezembro de 2010. Debate: “Acesso de órgãos vinculados a indicadores e bases de dados do Registro Imobiliário no Brasil, com o uso dos padrões da ICP-Brasil”, conforme preconizado pela Lei 11.977.
- **“Reunião Ordinária do SGT 13 “Comércio Eletrônico”**, realizado nos dias 06 e 07/12/2010 – Recife-PE.

## 2 – Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da Unidade



Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
243001	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
24208	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
243001	24208

#### a) Responsabilidades institucionais da unidade

##### I – Competência

O **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI** foi criado pela Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto, como autarquia federal para atuar como a Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas.

A Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – AC Raiz é a primeira autoridade da cadeia de certificação e executora das Políticas de certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil. À Autoridade Certificadora Raiz compete emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das AC – Autoridades Certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu, gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos, e executar atividades de fiscalização e auditoria das Autoridades Certificadoras – AC, das Autoridades de Registro – AR e dos prestadores de serviços habilitados na ICP - Brasil, em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil, além de exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela autoridade gestora de políticas.

O [Comitê Gestor da ICP - Brasil](#), autoridade gestora de políticas, é composto por cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados, designados pelo Presidente da República, e um representante dos Ministérios da Justiça, Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Planejamento, Orçamento e Gestão, Ciência e Tecnologia, Casa Civil da Presidência da República e Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, como forma de dar estabilidade, transparência e confiabilidade ao sistema.

Ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI compete ainda realizar os processos de credenciamento das entidades interessadas em atuar como AC, AR ou prestadores de serviço e atuar como a Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil. O Instituto ainda é responsável por assegurar o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, garantindo que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a oferecer aos seus usuários o estado-da-arte em segurança da informação, estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital. Nesse vetor, o ITI tem como sua principal linha de ação a popularização da certificação digital e a inclusão digital, atuando sobre questões como sistemas criptográficos, software livre,



hardware compatíveis com padrões abertos e universais, convergência digital de mídias, entre outras.

## II - Objetivos estratégicos

Garantir o pleno funcionamento e segurança da **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP – Brasil**, primeira Autoridade da Cadeia de Certificação – Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz e promover a massificação da Certificação Digital ICP - Brasil.

### b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

#### I - Análise do andamento do plano estratégico da unidade

A estratégia de atuação para consecução do Programa de Massificação da Certificação Digital ICP - Brasil na sociedade brasileira vêm sendo desenvolvida no âmbito de quatro eixos principais:

- 1 - Sensibilização e Capacitação em Certificação Digital ICP-Brasil;
- 2 - Fomento a Aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP-Brasil;
- 3 - Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP-Brasil e
- 4 - Evolução Tecnológica da Certificação Digital ICP-Brasil.

#### II – Análise do Plano de ação da unidade no exercício

A estratégia para Massificação da Certificação Digital ICP – Brasil desenvolvida em 2010 apresentou os seguintes resultados:

**1 – Sensibilização e Capacitação : Proporcionar que a sociedade brasileira em geral saiba o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, os benefícios e responsabilidades advindas de seu uso e proporcionar o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais ICP-Brasil.**

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital em 2010, o ITI organizou a oitava edição do Fórum de Certificação Digital - 8º CertForum, que teve como objetivo disseminar e debater o futuro da certificação digital no país. O evento foi realizado em etapas regionais nas cidades de Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belém/PA e Brasília/DF e contou com, aproximadamente, 2.600 (dois mil e seiscentos) inscritos entre empresários, especialistas, acadêmicos, estudantes, funcionários públicos e fornecedores de soluções. As ações de divulgação foram suspensas no período eleitoral, na forma da lei, e foram retomadas em novembro com a etapa de Belém, que encerrou o ciclo do Fórum.

Cabe ressaltar, que a etapa de Brasília foi realizada em conjunto com o 3º Encontro Nacional de Identificação, evento organizado pelo Departamento de Polícia Federal através do Instituto Nacional de Identificação (INI/DPF). Juntos, ITI e Polícia Federal realizaram o 2º

Congresso da Cidadania Digital, que reuniu autoridades dos governos Federal e Estadual, especialistas do setor de tecnologia de identificação digital e palestrantes internacionais. O Congresso contou ainda com a presença dos vinte e sete diretores dos Órgãos de Identificação, além de secretários estaduais de Segurança Pública e oficiais das Forças Armadas Brasileira. Nesse contexto, o evento criou um amplo espaço para debates e demonstrações de tecnologias, como o novo Registro de Identidade Civil (RIC).

No âmbito da capacitação técnica, foram realizados os seguintes treinamentos:

- **Curso ministrado pelo Observatório Nacional – ON** - Rio de Janeiro, com o intuito de aprofundar conhecimentos sobre as plataformas de operação e rastreabilidade dos relógios atômicos da Infraestrutura de Carimbo de Tempo, conforme Acordo de Cooperação Técnica recém firmado entre o ITI e o ON.
- **Curso ABNT sobre Gestão de Riscos**, no período de 14 e 15 de outubro de 2010, em São Paulo-SP. Treinamento sobre procedimentos de gestão de riscos de forma eficaz, eficiente e coerente, sistemática, transparente e confiável, dentro de qualquer escopo e contexto na Administração Pública, tendo como referência a abordagem genérica descrita na norma ABNT NBR ISO 31000-2009 - Gestão de Riscos - Princípios e Diretrizes.
- **Curso de Cobit 4.1 Foundation**, realizado nos dias 13 e 14/12/2010 e **Itil Foundation V3** nos dias 15 a 17/12/2010 – São Paulo - SP.
- **XV Congresso Latino-Americano de Auditoria Interna (CLAI 2010)**, realizado de 07 a 09/11/2010, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, conforme ofício nº 581/2010-ASSE/CISET-CC-PR, de 28/09/2010, para maior aprimoramento das Atividades de Auditoria Interna.

O Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento - CDTC, projeto conduzido pelo ITI, que propõe a união de esforços entre o setor público, privado e as universidades para ampliar o conhecimento da sociedade no uso do software livre e certificação digital, por sua vez, ofertou milhares de cursos ao longo do ano de 2010, atendendo a mais de 80 mil cidadãos oriundos de 2.600 cidades brasileiras. Desenvolveu ainda vários módulos licenciados que permitem ao administrador de diversos aplicativos substituir a tradicional dupla *login-senha* pelo uso de certificados digitais.

O Instituto também deu continuidade às ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento sobre certificação digital junto às universidades. Destacando-se os Termos de Cooperação assinados com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Fundação Universidade de Brasília e a Secretaria de Política de Informática – SEPIN do Ministério da Ciência e Tecnologia.

## **2 – Fomento a aplicações: Estimular o desenvolvimento e a implantação de aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP – Brasil nos setores público e privado brasileiros.**

Os avanços da Certificação Digital vêm permeando todos os segmentos da sociedade brasileira, estando presente em transações de comércio eletrônico, governo eletrônico, justiça eletrônica, banco eletrônico, Nota Fiscal Eletrônica - NFe, Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, diversas transações da Receita Federal (e-CAD, e-CPF, e-CNPJ, DIRF, DCTF, etc..), Sistemas de Pagamentos Brasileiro – SPB, aplicações internas nas administrações públicas dos três poderes e das três esferas, como por exemplo, o SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, COMPRASNET, SIDOF – Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, SISCOEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior, aplicações de governo eletrônico voltadas



ao cidadão como emissão de passaportes, o PROUNI, GESP – Sistemas de Gestão Eletrônica de Segurança Privada da Polícia Federal, SABESP, IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, dentre outros.

Do ponto de vista de novas aplicações da Certificação Digital, em 2010, o destaque ficou por conta do novo Registro de Identidade Civil – RIC. O ITI participou ativamente dos trabalhos com órgãos dos setores público e privado para o desenvolvimento da parte eletrônica do registro de identidade civil. Emitido sob o formato de *smart card*, o RIC possui a mais avançada tecnologia de identificação, segurança dos dados pessoais do cidadão e certificado digital, colocando um ponto final ao anonimato na rede mundial de computadores. Trata-se de projeto de alcance nacional que beneficiará todos os cidadãos brasileiros. O RIC passará por etapas graduais de implantação no país. Os primeiros documentos foram emitidos ao final de 2010, mas perspectiva é de emissão de 2 milhões de RICs ainda em 2011 e até 2019 que todos os brasileiros estejam de posse do novo documento de identidade.

Novas aplicações e esforços para ampliar a interoperabilidade se encontram em pleno desenvolvimento, inclusive no âmbito internacional, tais como o COD – Certificado de Origem Digital/MDIC e a implantação de modelos de Infraestrutura de Chaves Públicas similares ao brasileiro em outros países do Mercosul, sendo que Cabo Verde, Cuba e Equador já firmaram acordo para uso da tecnologia brasileira.

### **3 – Operação: Garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, ampliar a ICP – Brasil de modo a propiciar maior capilaridade pelo País, o que é necessário para prover acesso aos Certificados Digitais ICP – Brasil por todo e qualquer cidadão brasileiro.**

Durante o exercício de 2010, o Instituto cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com certificado digital ICP – Brasil.

Em 2010, a capilaridade da ICP – Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, esteve consolidada em 39 (trinta e nove) Autoridades Certificadoras (AC) credenciadas, 319 (trezentas e dezenove) Autoridades de Registro (AR) credenciadas, 861 (oitocentas e sessenta e uma) Instalações Técnicas Físicas – ITF e 11 (onze) Prestadores de Serviço de Suporte (PSS) credenciados, registrando crescimento de 8% em ACs, 53% em ARs e 61% em ITFs em relação ao ano anterior, apresentando evolução bastante significativa.

Atualmente, existem 861 pontos de atendimento, onde o cidadão e empresas podem obter seu certificado, distribuídos por 250 municípios. Os números demonstram ainda que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

### **4 – Evolução: garantir que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a assegurar aos seus usuários o estado-da-arte em segurança da informação e, com isto, assegurar permanentemente segurança jurídica às transações e documentos eletrônicos.**

O ano de 2010 foi determinante para a implantação de novas tecnologias para o fortalecimento da estrutura de chaves públicas, tais como:

- a)** implementação de novos algoritmos criptográficos na Raiz da ICP - Brasil, que garantem longevidade da segurança da informação e permitem a emissão de novas raízes para maior proteção de dados nas transações bancárias e do judiciário.
- b)** implantação do Carimbo de Tempo, tecnologia que permite o registro com precisão do momento em que a transação é realizada.
- c)** disponibilização de artefatos para o desenvolvimento de aplicativos que façam uso da certificação digital. Os artefatos estabelecem a utilização padronizada da assinatura digital no âmbito da ICP-Brasil e são vitais para a credibilidade do processo de criação e validação de assinaturas eletrônicas. Tais artefatos simplificam o desenvolvimento de soluções que respeitam as políticas de assinaturas da ICP - Brasil e asseguram a interoperabilidade, a legitimidade e a integridade dos documentos assinados com certificados digitais.
- d)** implantação da fiscalização eletrônica remota e segura das entidades credenciadas no âmbito da ICP – Brasil.

No que tange à Normalização e Pesquisa, foram desenvolvidos trabalhos de prospecção tecnológica relacionados a certificados de atributo, extensão privada para os certificados ICP – Brasil (AIA – Authority Information Access e SIA – Subject Information Access), Biometria, ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*, OID – *Object Identifier* e estudo das atualizações dos normativos do IETF-PKIX - *Internet Engineering Task-Public Key Infrastructure based on X.509 Protocol*, ETSI – *European Telecommunication Standards Institute*, NIST – *National Institute of Standards Technology* e ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas; estudo das normas relacionadas ao uso de certificação digital na saúde (ISO 17090-1, ISO 19090-2 e ISO 17090-3) e Manual de Certificação para Sistema de Registro Eletrônico de Saúde (S-RES) , discussão técnica e consolidação do resultado final do GT sobre o fórum do SBTVD – Sistema Brasileiro de TV Digital e certificado de atributo.

### **c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade**

#### **I – Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:**

**Programa: 1109 – Massificação da Certificação Digital** – Garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP - Brasil.

#### **II – Execução Física das ações realizadas pelo Instituto:**

##### **Ações: Finalísticas**

##### **a) Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil**



<b>Ação: 4917 - Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil</b>				
<b>Área responsável pela ação: Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas - Coordenação Geral de Operações</b>				
<b>Metas Físicas (Certificado emitido/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
Previsto – LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado	RAP
11	4	6.451.000	4.785.941	593.793

Essa ação tem como finalidade garantir o pleno funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil e assegurar a seus usuários o estado-da-arte em segurança da informação, necessária para garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos.

Trata-se de uma ação nevrálgica para o ITI, estando nela abrigada grande parte das principais atividades finalísticas deste Instituto.

As metas físicas desta ação foram estabelecidas em termos de números de certificados emitidos para Autoridades Certificadoras de 1º Nível.

A previsão inicial contemplava a emissão de novos certificados dentro da cadeia “v2”(“versão 2”) para todas as Autoridades Certificadoras de 1º Nível, bem como a emissão de certificados dentro cadeia “v1”(“versão 1”) para a Casa da Moeda do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Na prática, foram emitidos somente 4 (quatro) certificados para as seguintes entidades:

- Autoridade Certificadora da Casa da Moeda do Brasil – cadeia “v1”;
- Autoridade Certificadora da Caixa Econômica Federal – cadeia “v1”, para quem foram emitidos dois certificados, tendo sido revogado o primeiro deles;
- Autoridade Certificadora SERASA – Autoridade Certificadora Principal – cadeia “v2” .

Com relação à execução do orçamento financeiro alocado à ação, informamos que foram utilizados 83,39% do total de créditos disponíveis, uma vez que estão inscritos em Restos a Pagar o valor de R\$ 593.793,10 (quinhentos e noventa e três mil, setecentos e noventa e três reais e dez centavos) que abrangem despesas com o Laboratório de Ensaios e Auditoria – LEA, investimentos em equipamentos para implantação da Entidade de Auditoria do Tempo da ICP - Brasil, bem como despesas de custeio.

Em termos de investimentos, vale registrar que o Comitê Gestor da ICP - Brasil aprovou em novembro de 2008 um conjunto de resoluções (58 a 62) que regulamentam o Sistema de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil.

Ao ITI coube a responsabilidade de atuar como a Entidade de Auditoria de Tempo – EAT desse sistema, portanto, órgão raiz da cadeia de certificação do tempo para a ICP - Brasil. Para tanto, cabe ao ITI propagar e auditar a hora legal brasileira obtida a partir do Observatório Nacional e disseminada às Autoridades Certificadoras de Tempo – ACTs, estas últimas, credenciadas e auditadas pelo ITI e responsáveis pela emissão dos carimbos do tempo para a sociedade em geral.

O Sistema de Carimbo de Tempo foi implantado no início de 2010, dentro do prazo previsto nas normas.

## **b) Desenvolvimento e Implementação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil**

**Ação: 7264 - Desenvolvimento e Implementação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz ICP - Brasil****Área responsável pela ação: Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas**

Metas Físicas (Sistema Implantado / % de execução física)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)		
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado	RAP
5	5	250.000	126.986	0

A ação visa desenvolver criptossistemas em código aberto com tecnologia nacional, por meio de convênios com Universidades, Institutos de Pesquisa e outros órgãos públicos com expertise na matéria.

Em outubro/2009 foi celebrado Convênio com Universidade de Santa Catarina para aprimoramentos e melhorias no SGC – Sistema de Gerência de Certificados e do criptossistema no valor total de R\$ 316.400,00 (Trezentos e dezesseis mil e quatrocentos reais), a ser desenvolvido no período de outubro/2009 a outubro/2010. No ano de 2010, foram repassados recursos no valor R\$ 166.400,00 (cento e sessenta mil e quatrocentos reais) para *desenvolvimento de Softwares SGC Ywapa e SGC Ywyrá* e para o *padrão brasileiro de assinatura digital*, cujas funcionalidades foram implantadas em julho de 2010.

Em 28/12/2010, foi assinado novo Termo de Cooperação entre o ITI e a Universidade Federal de Santa Catarina – Termo 03/2010– no valor de R\$ 268.800,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais), com vistas ao aprimoramento de certas funcionalidades do software utilizado em certificação digital.

Foi ainda assinado o Termo de Cooperação 02/2010 entre o ITI e MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia, relativo ao projeto de Implantação do ASI-HSM na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, no valor de R\$ 828.960,00 (oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e sessenta reais), buscando assim o aperfeiçoamento tecnológico da ICP – Brasil.

A ação atingiu a meta de execução física, tendo sido implementados novos algoritmos criptográficos na Raiz da ICP – Brasil, que garantem longevidade da segurança da informação e permitem a emissão de novas raízes para maior proteção de dados nas transações eletrônicas realizadas com certificado digital ICP - Brasil. Na prática, foram geradas as cadeias “v2” (“versão 2”) e “v3” (“versão 3”), que são versões mais avançadas tecnologicamente e que garantem maior robustez ao sistema ICP – Brasil.

Quanto à execução financeira, foram repassados recursos da ordem de R\$ 166.400,00 (cento e sessenta e seis mil e quatrocentos reais), que representam 66,56% dos créditos disponíveis, ao passo que a entidade beneficiária liquidou despesas na ordem R\$ 126.986,00 (cento e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), equivalentes a 50,79% de execução.

**c) Apoio à Formação Especializada Superior em Certificação Digital ICP - Brasil****Ação: 9832 - Apoio à Formação Superior em Certificação Digital ICP - Brasil****Área responsável pela ação: Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas**

Metas Físicas (Curso produzido/unidade)			Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
Previsto PPA	Prev. Atual	Realizado	Ação não orçamentária	
0	2	0		

A finalidade desta ação é fomentar o oferecimento pelas instituições de ensino superior brasileiras de cursos de especialização e/ou pós-graduação *latu sensu* e/ou *strictu sensu* em certificação digital ICP – Brasil.

Muito embora não haja registro de criação de cursos de especialização em Certificação Digital ICP – Brasil, houve crescimento da produção acadêmica sobre a certificação digital ICP – Brasil.

Desde 2004 o Instituto tem investido em parcerias com entidades de ensino superior voltadas ao ensino e pesquisa na área de certificação digital, como é o caso do Termo de Cooperação assinado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

A parceira foi decisiva para alavancar a produção acadêmica não só na área de tecnologia, como também na área jurídica, que analisa a ICP – Brasil do ponto de vista legal.

O Laboratório de Segurança em Computação – LabSEC da UFSC tem sido reconhecido como centro de pesquisa científica e tecnológica na área de certificação digital no país. Desde sua criação em 1999, já foram desenvolvidos mais de 50 trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrados, teses de doutorado em infraestrutura de chaves públicas e aplicações, e mais de 30 artigos científicos publicados em eventos e periódicos científicos nacionais e internacionais. Anualmente, apenas na área de Tecnologia da UFSC, em média, 6 alunos focam seus mestrados e doutorados em pesquisas sobre vários aspectos da certificação digital.

O surgimento dessa massa crítica tem possibilitado a atualização tecnológica e o aperfeiçoamento da ICP – Brasil como um todo.

Os trabalhos apresentados nos últimos anos estão disponíveis no *site* do LabSEC Laboratório de Segurança em Computação. Alguns dos estudos disponíveis são: “Formulários Eletrônicos Seguros”, “Aspectos Técnicos e Teóricos da Gestão do Ciclo de Vida de Chaves Criptográficas no OpenHSM” e “Assinatura digital de documentos eletrônicos na ICP - BRASIL”, entre outros.

#### **d) Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas em Software Aberto**

<b>Ação: 4914 - Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas em Software Aberto</b>				
<b>Área responsável pela ação: Presidência-CDTC–Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento</b>				
<b>Metas Físicas (Sistema desenvolvido/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
LOA + Créd.	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
1	1	280.000	51.008	10.000

O objetivo desta ação é apoiar o desenvolvimento e qualificação de sistemas e programas abertos voltados à certificação digital, buscando superar a substituição dos legados proprietários.

A ação é desenvolvida no âmbito do CDTC – Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento, projeto que tem como objetivo buscar a união de esforços entre o setor público, privado e as universidades, com o intuito de ampliar o conhecimento da sociedade no uso do software livre.

O trabalho é desenvolvido em várias frentes:

- a) qualificação de universitários para desenvolvimento de produtos livres para serem distribuídos livremente à sociedade após o registro no INPI;



- b) desenvolvimento de módulos para uso em certificação digital em outros produtos livres, possibilitando maior abrangência no uso da certificação digital pelo cidadão em aplicações genéricas;
- c) desenvolvimento de cursos e apostilas para treinamento à distância, que permitem a apropriação pela sociedade brasileira do conhecimento produzido no projeto, apoiando a formação de escolas e centros de qualificação técnica com material didático sobre tecnologia da informação.

A qualificação de servidores públicos e empregados de empresas privadas superou a marca de 80 mil cidadãos em 2010, oriundos de 2.600 cidades brasileiras. No que diz respeito ao desenvolvimento de módulos, encontram-se disponíveis para distribuição 13 módulos para uso em certificação digital, produzidos pelos programadores qualificados no âmbito do Projeto.

No decorrer de 2010 foram repassados recursos da ordem de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) para a Fundação Universidade de Brasília - FUB no âmbito do Termo de Cooperação 01/2010, que prevê a elaboração de 15 cursos/apostilas, 10 notas técnicas, monitoria de 2.500 cursos (via Internet), revisão de 100 materiais didáticos e desenvolvimento de programas utilizando a certificação digital.

O valor repassado e empenhado corresponde a 71,43% do valor inicialmente alocado para a ação. No exercício, a execução financeira pela Fundação Universidade de Brasília alcançou o valor de R\$ 51.008,00 (cinquenta e um mil e oito reais).

#### e) Capacitação Técnica em Certificação Digital

<b>Ação: 4858 - Capacitação Técnica em Certificação Digital</b>				
<b>Área responsável pela ação: Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas</b>				
<b>Metas Físicas (Pessoa capacitada/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
LOA+Créd.	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
15	20	50.000	0	0

A finalidade desta ação é capacitar servidores, funcionários públicos e cidadãos comuns em certificação digital, com foco no uso e suporte técnico para o uso e emissão de certificados digitais da ICP – Brasil.

O Instituto realizou treinamento sobre o tema – **Auditoria em Certificação Digital ICP – Brasil**, ministrado durante o CNASI 2010 nos dias 3, 4 e 5 de agosto de 2010, em São Paulo. Na oportunidade foram capacitados 20 profissionais.

Como o treinamento foi realizado durante o Congresso CNASI 2010 não foi necessária a utilização dos recursos alocados para ação.

#### f) Apoio ao Projeto de Aplicações com Suporte à Certificação Digital ICP - Brasil no âmbito do Setor Público

<b>Ação: 9831 - Apoio ao Projeto de Aplicações com Suporte à Certificação Digital ICP - Brasil no âmbito do Setor Público</b>
<b>Área responsável pela ação: Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas - Coordenação Geral de Operações</b>

**Ação: 9831 - Apoio ao Projeto de Aplicações com Suporte à Certificação Digital ICP - Brasil no âmbito do Setor Público**

Metas Físicas (Projeto decidido/unidade)			Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)
Prev. PPA	Prev. Atual	Realizado	Ação não orçamentária
0	2	5	

Trata-se de ação sem alocação orçamentária, cujo objetivo é promover a proposição aos órgãos setoriais das três esferas de governo, em seus três poderes, de projetos de aplicações focadas no cidadão com suporte à Certificação Digital ICP – Brasil.

No decorrer de 2010 o Instituto acompanhou e apoiou tecnicamente o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- **RIC – Registro Único de Identificação Civil** – O ITI atuou no apoio ao desenvolvimento dos requisitos técnicos para emissão do novo documento, cujo projeto tem o Ministério da Justiça como principal articulador. Concebido sob o formato de *smart card*, o RIC possui a mais avançada tecnologia de identificação, segurança de dados pessoais do cidadão e certificado digital. Trata-se de projeto de alcance nacional que beneficiará todos os cidadãos brasileiros. O RIC passará por etapas graduais de implantação no país, sendo que os primeiros documentos foram emitidos em dezembro de 2010. A perspectiva é de emissão de 2 milhões de RICs ainda em 2011 e até 2019 que todos os brasileiros estejam de posse do novo documento de identidade.
- **COD - Certificado de Origem Digital** – Trata-se de projeto que prevê a emissão de documentos digitais para comprovação da origem de materiais comercializados no âmbito internacional, sujeitos a regimes tributários especiais, tendo o MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio como principal articulador e o ITI como prestador de esclarecimentos e apoio técnico para o uso da certificação digital.
- **Carteira de Identidade Funcional do Policial Federal** – Trata-se de projeto para a emissão de novas carteiras de identidade funcionais através do emprego de cartões inteligentes com interface com e sem contato, cujo principal articulador é o Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça, tendo o ITI como prestador de apoio técnico no que diz respeito ao uso da certificação digital.
- **Modernização do Passaporte Brasileiro** – Trata-se de projeto que prevê a emissão de novos passaportes que utilizarão *chips* sem contato, seguindo padrão ICAO para documentos de viagem. O projeto tem como principal articulador o Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça e o ITI como prestador de apoio técnico no que diz respeito ao uso da certificação digital no documento. Em dezembro de 2010 foram emitidos os primeiros passaportes eletrônicos.
- **Nova Identidade a ser expedida pelo Conselho Federal de Medicina** para os profissionais da área médica. O ITI tem atuado como prestador de apoio técnico no que diz respeito ao uso da certificação digital.

**g) Fiscalização e Auditoria dos Prestadores de Serviço de Certificação Digital**



<b>Ação: 4912 - Fiscalização e Auditoria dos Prestadores de Serviço de Certificação Digital</b>				
<b>Área responsável pela ação: Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização - Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização</b>				
<b>Metas Físicas (Relatório elaborado/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado	RPA
100	132	200.000	52.911	68.804

A ação tem como objetivo a realização de auditorias e fiscalizações nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital – PSC, em cumprimento aos normativos estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil.

A determinação para Auditar, Fiscalizar e Normatizar as atividades e entidades que compõem a ICP - Brasil assume um papel relevante para a consolidação da Certificação Digital no País e contribui para o atingimento dos objetivos estratégicos de sua criação.

Através de ação de Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação - PSC's, é feita a verificação do cumprimento das políticas, diretrizes e normas definidas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil (CG/ICP-Brasil).

Essas ações são divididas em:

- a) Auditorias Pré-Operacionais e Operacionais,
- b) Fiscalizações e Análise, Avaliação e aprovação de planos e relatórios de auditorias realizadas por terceiros, que juntas proporcionam a elevação dos níveis de qualidade e dos níveis de segurança nas operações eletrônicas e processos manuais, através da verificação dos procedimentos operacionais e tecnológicos adotados pelos PSC's.

As Auditorias Operacionais anuais em AC's de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente, enquanto as Fiscalizações são realizadas a qualquer tempo mediante um planejamento trimestral. As Auditorias Pré-Operacionais em AC's e AR's, por sua vez, são realizadas sob demanda, conforme solicitação de credenciamento desses PSC's na ICP - Brasil.

O credenciamento de empresas de auditorias independentes e de entidades de auditorias internas, são realizadas sob demanda, entretanto com a mudança instituída na Resolução nº 72/2009, que alterou a forma de vinculação dessas entidades com a AC – Raiz, passando de cadastramento para credenciamento, houve uma demanda obrigatória para as empresas e entidades que realizam auditorias na ICP – Brasil.

O credenciamento de instalações técnicas é realizado por demanda, sendo registradas apenas as quantidades de pareceres que, na maioria das vezes, englobam diversas instalações técnicas (localizações físicas onde as ARs exercem suas atividades).

Para o exercício de 2010 foram estabelecidas as metas abaixo com o objetivo de garantir as competências e atribuições institucionais da Auditoria e Fiscalização, e transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC's.

<b>ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO</b>	<b>UNIDADES CONTROLADAS</b>
AUDITORIA OPERACIONAL EM AC's	5
FISCALIZAÇÕES EM AC's E AR's	20



ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	UNIDADES CONTROLADAS
AUDITORIA PRÉ-OPERACIONAL DE AC's	1
AUDITORIA PRÉ-OPERACIONAL DE AR's	40
CREDENCIAMENTOS DE EMPRESAS DE AUDITORIA E ENTIDADES DE AUDITORIA INTERNA	10
OUTROS CREDENCIAMENTOS – INSTALAÇÕES TÉCNICAS	24
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

Em 2010, a capilaridade esteve consolidada em 39 (trinta e nove) Autoridades Certificadoras (AC) credenciadas; 319 (trezentas e dezenove) Autoridades de Registro (AR) credenciadas, 861 (oitocentas e sessenta e uma) Instalações Técnicas Físicas – ITF e 11 (onze) Prestadores de Serviço de Suporte (PSS) credenciados, registrando crescimento de 8% em ACs, 53% em ARs e 61% em ITFs em relação ao ano anterior.

O acréscimo na quantidade de Prestadores de Serviços de Certificação - PSC's vinculados à ICP - Brasil, especialmente as AR – Autoridades de Registro, teve efeito sobre as Atividades da Auditoria e Fiscalização, sem que houvesse a contrapartida na disponibilidade de recursos humanos para a atividade.

A solução adotada no exercício foi a implementação de sistemas informatizados visando suprir a deficiência de recursos humanos através da automação de processos e adaptação de procedimentos. A estratégia objetiva a redução no tempo de auditoria e a possibilidade de direcionamento das atividades de fiscalização a itens específicos, facilitando, inclusive, a atividade de avaliação à distância para requisitos e itens previstos nas Resoluções, onde não se faz necessária a ação presencial do Fiscal, possibilitando a realização de testes em maior quantidade com maior qualidade.

Os números das atividades de Auditoria e Fiscalização das entidades que comõem a ICP – Brasil evidenciam que através da implantação de Fiscalizações à Distância e de Tratamento de Grande Volume de Dados em relação aos certificados emitidos e às LCR's – Listas de Certificados Revogados foi possível cumprir a meta estabelecida para Auditorias e Fiscalizações, conforme quadro abaixo.

TIPO DE ATIVIDADE(A)	PREVISTO(B)	REALIZADO(C)	(%)
Auditoria Operacional em AC's	5	6	120%
Fiscalizações em AC's e AR's	20	23	115%
Auditoria Pré-Operacional de LEA	0	1	100%
Auditoria Pré-Operacional de AC's	1	3	300%
Auditoria Pré-Operacional de AR's	40	40	100%
Credenciamentos de Empresas de Auditorias e	10	11	110%



TIPO DE ATIVIDADE(A)	PREVISTO(B)	REALIZADO(C)	(%)
Entidades de auditoria Interna			
Outros Credenciamentos – Instalação Técnicas	24	48	200%
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>132</b>	<b>132%</b>

Outra iniciativa de grande impacto é a adoção da ABR – Auditoria Baseada em Risco, regulamentada em suas bases na Resolução 72 de 2009, cuja implementação foi iniciada a partir de 2010, mas com resultados esperados somente a partir de 2011.

A Auditoria baseada em Riscos contribui para a otimização dos recursos humanos e materiais e para manter a qualidade dos trabalhos realizados com menor esforço, tornando as atividades de auditoria e fiscalização mais eficientes.

Vale ressaltar que, muito embora tenha sido superada a meta física de Fiscalizações e Auditorias em 32%, portanto superior ao patamar alcançado em 2009, quando atingiu-se apenas 89% da meta, a ICP- Brasil vem crescendo em média 40% ao ano em relação a entidades credenciadas e 300% em relação a certificados emitidos, passando a exigir maior aporte de recursos humanos e financeiros para a atividade, mesmo considerando-se as iniciativas de Fiscalizações à distância.

A Auditorias e Fiscalizações são mecanismos que visam manter a qualidade dos serviços e processos realizados na ICP - Brasil e melhorar os patamares de atuação dos PSC's – Prestadores de Serviços e como resultado dessa atividades foi possível a detecção e correção de várias não conformidades, tornando o processamento mais seguro e confiável.

As metas físicas de atividades de Auditoria e Fiscalização passaram de 86 para 100 auditorias e fiscalizações em 2010, apesar de ser mantida a mesma quantidade de recursos humanos e financeiros do ano anterior.

A dotação disponibilizada para esta funcional programática foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dos quais foram empenhados R\$ 121.716,00 (cento e vinte e um mil e setecentos e dezesseis reais) e liquidados/pagos um total de R\$ 52.911,00 (cinquenta e dois mil, novecentos e onze reais), tendo sido inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 68.804,00 (sessenta e oito mil, oitocentos e quatro reais).

#### h) Publicidade de Utilidade Pública

<b>Ação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública</b>			
<b>Área responsável pela ação: Presidência - Assessoria de Comunicação</b>			
<b>Metas Físicas (-/-)</b>	<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
	<b>LOA + Créd.</b>	<b>Realizado</b>	<b>RPA</b>
Ação sem metas físicas	50.000	0	0



A utilização deste crédito é prevista para eventuais comunicações emergenciais ao público, visto que o ITI administra uma plataforma de segurança, conhecida como *Hard Secure Mode* (HSM), que mantém em funcionamento todo o serviço de certificação digital brasileiro. Em face da necessidade de informar à população e aos segmentos interessados sobre qualquer problema no seu funcionamento, foi necessário planejar um valor mínimo para esses imprevistos.

Outros gastos com Comunicação foram apropriados em rubricas mais adequadas, tais como a execução da Revista Digital, publicação informativa sobre o estado-da-arte da Certificação Digital Brasileira, cuja despesa foi apropriada no Programa de Trabalho de Gestão e Administração, nas ações Produção Jornalística e Serviços Gráficos e Editoriais.

No período não houve situações emergenciais que justificassem o uso de tais recursos.

#### Demais Ações:

#### a) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

<b>Ação: 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</b>			
<b>Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração</b>			
<b>Metas Físicas (-/-)</b>	<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
Ação sem metas físicas	LOA + Créd.	Realizado	RPA
	32.264	14.204	0

A ação tem por finalidade assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Foi projetado um acréscimo na previsão financeira, para possíveis aumentos no quadro de servidores requisitados para o ITI, além de reajustamento dos valores comissionados.

A execução financeira atingiu o percentual de 44,02%.

#### b) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

<b>Ação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos</b>				
<b>Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração</b>				
<b>Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado	RPA
13	0	2.346	0	0

Esta ação tem por finalidade proporcionar aos servidores e empregados condições para



manutenção da saúde física e mental. Como o ITI não dispõe de quadro próprio, a maioria dos servidores requisitados realiza o exame periódico no órgão de origem, razão pela qual recurso não foi utilizado.

### c) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

<b>Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</b>				
<b>Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração</b>				
<b>Metas Físicas (pessoa beneficiada/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado	RPA
5	6	5.700	4.980	0

A ação tem por finalidade proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

No decorrer do primeiro semestre de 2010 houve acréscimo de três beneficiários e alteração no cálculo do benefício, elevando o valor do dispêndio mensal de R\$ 304,00 para R\$ 722,00, o que exigiu um pedido de crédito adicional.

As execuções física e financeira desta ação atingiram os percentuais de 120,00% e 87,37%, respectivamente, ficando dentro dos patamares esperados.

### d) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

<b>Ação: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</b>				
<b>Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração</b>				
<b>Metas Físicas (criança de 0 a 6 anos atendida/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado	RPA
5	1	5.700	655	0

A ação tem por finalidade oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10.11.1993.

Havia previsão de atendimento de 5 (cinco) beneficiários por mês. No entanto, houve desligamento de possíveis beneficiários, sem ingresso de novos.

As execuções física e financeira desta ação atingiram os percentuais de 20,% e 11,49%, respectivamente .

### e) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

<b>Ação: 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados</b>				
<b>Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração</b>				
<b>Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado	RPA
2	3	3.997	3.439	0



A ação tem por finalidade o custeio parcial das despesas realizadas com transporte para deslocamento de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa de servidores e empregados.

As execuções física e financeira desta ação atingiram os percentuais de 150% e 86,04%, respectivamente, ficando dentro dos patamares esperados.

#### f) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

<b>Ação: 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</b>				
<b>Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração</b>				
<b>Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)</b>		
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado	RPA
19	19	67.139	65.633	0

A ação tem por finalidade conceder auxílio alimentação a servidores e empregados.

As execuções física e financeira desta ação atingiram os percentuais de 100,00% e 97,76% respectivamente, ficando dentro dos patamares esperados.

#### g) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

<b>Ação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>				
<b>Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração</b>				
<b>Metas Físicas (servidor capacitado/unidade)</b>		<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1)</b>		
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado	RPA
25	28	80.000	44.402	600

A ação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

A execução física alcançou o percentual de 112,00%, enquanto a execução financeira, considerado o RPA, atingiu 56,25%, ficando dentro dos patamares esperados.

#### h) Gestão e Administração do Programa

<b>Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa</b>			
<b>Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração</b>			
<b>Metas Físicas (-/-)</b>	<b>Metas Financeiras (Em R\$ 1)</b>		
Ação sem meta física	LOA + Créd.	Realizado	RPA
	9.861.846	8.764.964	1.034.637



A execução financeira da ação alcançou o percentual de 88,88% e, se considerados os valores inscritos em Restos a Pagar, o percentual é de 99,37%.

#### d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

##### I – Programação Orçamentária das Despesas

O Órgão contou, no exercício de 2010, com uma dotação orçamentária aprovada na LOA da ordem de R\$ 16.883.020,00 (dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e três mil e vinte reais), acrescida de créditos suplementares no valor de R\$ 456.972,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e dois reais), totalizando R\$ 17.339.992,00 (dezessete milhões, trezentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais). Deste total, fomos autorizados a movimentar o valor de R\$ 16.189.185,00 (dezesseis milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e oitenta e cinco reais), tendo sido empenhados 97,65% desse total, ou seja, R\$ 15.808.620,00 (quinze milhões, oitocentos e oito mil e seiscentos e vinte reais).

##### II - Execução Orçamentária nas Ações sob responsabilidade do ITI

No exercício de 2010, o Instituto auferiu receitas próprias de certificação de produtos e serviços no valor de R\$ 274.992,00 (duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais), portanto 54,17% inferior ao volume arrecadado em 2009, que foi de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

As despesas, por sua vez, apresentaram incremento de 2,85% em 2010, visto que em 2010 as despesas somaram R\$ 15.808.620,00 (quinze milhões, oitocentos e oito mil, seiscentos e vinte reais), enquanto em 2009 foram gastos R\$ 15.371.096,00 (quinze milhões, trezentos e setenta e hum mil, e noventa e seis reais).

A execução orçamentária nas ações, em termos de valores empenhados e destaques, correspondeu a 72,73% em despesas discricionárias, 3,29% em investimentos, 0,47% em benefícios e 23,50% em pessoal, conforme demonstra o quadro abaixo.

#### Aspectos Orçamentários e Financeiros – (incluso receita Própria) - R\$ 1,00

Orçamento 2010				
Grupo de Despesas	LOA 2010	Créditos Suplementares	Limite para Movimentação	Valores Empenhados/ Destaques
Discricionária	12.979.000	0	11.826.565	11.498.390
Investimentos	521.000	0	521.000	519.900
Benefícios	51.910	32.972	86.510	74.709
Pessoal	3.331.110	424.000	3.755.110	3.715.621
<b>Total</b>	<b>16.883.020</b>	<b>456.972</b>	<b>16.189.185</b>	<b>15.808.620</b>



Fonte: Siafi2010

As despesas discricionárias compreendem, além das despesas de energia, vigilância e demais serviços de ordem comum, contratos de prestação de serviços técnicos imprescindíveis ao pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas.

Cumpra registrar que o Instituto opera com a mesma estrutura de cargos desde sua criação em 2001, limitada a apenas 41 cargos DAS, não tendo até o momento sido atendido em sua demanda de quadro de pessoal próprio, o que o obriga a valer-se de mão de obra terceirizada e/ou contratar serviços técnicos, no que for aplicável em termos legais.

No item também estão incluídas as despesas com aluguel, visto que o Instituto não tem sede própria e ocupa atualmente três espaços alugados no Edifício Varig.

#### Execução Orçamentária – Demonstrativo de gastos de 2008 a 2010 R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010
Passagens	112.452	228.492	184.532
Diárias	64.519	154.777	165.020
Ressarcimento de Despesas Viagem	500	378	0
Mão de Obra Terceirizada	1.459.273	1.573.616	1.715.054
Limpeza e Conservação	77.217	102.544	148.179
Vigilância	573.777	705.863	821.727
Copa e Cozinha	62.936	65.063	68.669
<b>TOTAL</b>	<b>2.350.674</b>	<b>2.830.733</b>	<b>3.103.181</b>

Fonte: Siafi2010

A execução orçamentária de gastos apresentou maiores variações de custo nos contratos de terceirização de mão de obra, haja visto que seus reajustes devem respeitar as Convenções de cada categoria, conforme fica demonstrado na tabela “Execução Orçamentária – Demonstrativos de gastos de 2008 a 2010”.

As despesas com passagens, viagens e deslocamentos sofreram redução de 8,89% em relação ao ano anterior, em que pese a necessidade de deslocamento no país e no exterior com vistas ao cumprimento do estabelecido no Programa de Massificação da Certificação Digital ICP – Brasil, no que tange à popularização e divulgação dos benefícios que a ferramenta oferece, em termos de eficiência de recursos, agilidade e segurança jurídica, bem como o acompanhamento dos avanços tecnológicos na área e parcerias de interoperabilidade internacional.

A alocação dos recursos nas ações apresentou a seguinte distribuição no exercício de 2010, incluídos os valores inscritos em Restos a Pagar.

#### Resumo Consolidado da Execução por Ação, (incluso inscrição de Restos a Pagar)

R\$ 1,00

AÇÃO	PREVISTO (DOTAÇÃO)	EMPENHADO/ TRANSFERIDO
------	-----------------------	---------------------------

Gestão e Administração (incluso pessoal)	9.894.110	9.821.057
Fiscalização e Auditoria	200.000	121.716
Funcionamento da Autoridade Certificadora	6.451.000	5.379.738
Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas	280.000	200.000
Desenvolvimento/Implantação de Criptosistemas	250.000	166.400
Capacitação de Servidores	80.000	45.002
Capacitação Técnica em Certificação	50.000	0
Publicidade de Utilidade Pública	50.000	0
Assistência Médica e Odontológica	5.700	4.980
Assistência Médica – Exame periódico	2.346	0
Auxílio Alimentação	67.139	65.633
Auxílio Transporte	3.997	3.439
Assistência pré-escolar	5.700	655
<b>TOTAL</b>	<b>17.339.992</b>	<b>15.808.620</b>

Fonte: Siafi2010

As despesas de Pessoal representam apenas as despesas decorrentes de 41 cargos DAS, uma vez que o Instituto ainda não foi atendido em sua demanda por implementação de quadro de pessoal próprio.

#### **Demonstrativo de Dispêndios com Pessoal – 2010**

<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Dispêndio</b>
Vantagens Fixas	1.898.440
Obrigações Patronais (privada)	4.229
Obrigações Patronais INSS/PSS	262.063
Despesas variáveis	29.479
Requisitados	1.521.410
<b>TOTAL</b>	<b>3.715.621</b>

Fonte: Siafi2010

### **III – Indicadores Institucionais**

Os indicadores de desempenho adotados pelo Instituto buscavam dimensionar a massificação digital por capilaridade e por perfil de usuário. Os índices e taxas foram construídos de forma a evidenciar o crescimento da massificação digital em cada nível. No entanto, a apuração desses indicadores se revelou impraticável, em função da dificuldade de obtenção de dados confiáveis, a saber:

**1) “Índice Nacional de Cobertura da ICP-Brasil”,** que é o número de municípios brasileiros atendidos por ao menos uma instalação técnica de Autoridade de Registro credenciada no âmbito da ICP - Brasil dividido pelo total de municípios brasileiros.

O índice foi construído para dimensionar a capilaridade do serviço em termos nacionais. No entanto, a disponibilidade do serviço pode ocorrer ainda que determinado município não conte com uma Autoridade de Registro, pois existe a possibilidade de se credenciar Agentes de Registro para atuarem no atendimento a municípios próximos ou até mesmo a nível nacional, como ocorre com os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Federal.

Portanto o índice, como concebido atualmente, indica de forma muito parcial a verdadeira cobertura da ICP - Brasil a nível nacional.

Estão sendo iniciados estudos para definição de novo indicador, com base na nova metodologia disponibilizada pela SPI.

Na prática a capilaridade da ICP – Brasil, ou seja a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, apresentou crescimento significativo. Atualmente, existem 861 pontos de atendimento, onde o cidadão e empresas podem obter seu certificado, distribuídos por 250 municípios. Ainda há muito que crescer, inclusive para atender projetos como o RIC – Registro de Identidade Civil, mas os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto de aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

**2) “Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil”,** que é o número de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) usuárias de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) existentes no País.

O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito empresarial, no entanto dificuldades para definir o total de empresas privadas operacionais e existentes no país, somado à dependência de informação de dados das Autoridades Certificadoras inviabilizaram a apuração do índice.

Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecida pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações.

Estão sendo iniciados estudos para definição de novo indicador, com base na nova metodologia disponibilizada pela SPI.

Na prática, o crescimento de 300% na emissão de certificados demonstra a aceitação da ferramenta. Diversas aplicações como é o caso da Nota Fiscal Eletrônica e o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED e outros sistemas da Receita Federal (e-CPF, e-Cad, e-CNPJ, DIRF, DCT etc.) exigem o uso do certificado Digital ICP – Brasil. Em 2010, o número de pessoas

jurídicas que se utilizam da NF-e superou a marca de 450 mil empresas e a tendência é de franco crescimento para 2011. As estatísticas evidenciam que em 2009 foram emitidas 682 milhões de NF-e por um total de R\$ 9 trilhões, enquanto em 2010 foram emitidas 1.966 milhões de NF-e por um total de R\$ 76 trilhões, representando um crescimento de 190% em relação ao ano anterior.

O desenvolvimento de novas aplicações contribuirá para ampliação do uso da ferramenta no âmbito desse público alvo, como é o caso do Projeto sobre Certificado de Origem Digital – COD que trata da emissão de documentos digitais para comprovação da origem de materiais comercializados em âmbito internacional, sujeitos a regimes tributários especiais. O Projeto tem o MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio como principal articulador, a quem o ITI vem prestando apoio técnico sobre o uso da certificação digital.

**3) “Taxa de Servidores e Funcionários Públicos Federais Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil”,** que é o número de servidores e funcionários públicos federais usuários de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total de servidores e funcionários públicos federais da ativa.

O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito do funcionalismo público federal, no entanto dificuldades para definir o total de servidores e funcionários públicos, cujas funções possam exigir o uso de certificados digitais e a obtenção do número de certificados emitidos para servidores e funcionários públicos inviabilizaram a apuração do índice.

Além disso, como evidenciado no indicador anterior, o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecido pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações.

Estão sendo iniciados estudos para definição de novo indicador com base na nova metodologia disponibilizada pela SPI.

Na prática, o crescimento do uso do certificado por servidores e funcionários públicos federais fica evidente, se considerarmos que cada vez mais aplicações passaram a exigir o uso da ferramenta, como Sistema SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, COMPRASNET, SIDOF – Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, GESP – Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada da Polícia Federal, IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, dentre outras aplicações do governo eletrônico.

Outras iniciativas como o Projeto para a substituição das Carteiras de Identidade Funcional do Policial Federal que prevê o emprego de cartões inteligentes com interfaces com e sem contato e certificado digital, contribuirão para ampliação do uso da ferramenta no âmbito desse público alvo.

Merece destaque também iniciativas de governos municipais, estaduais e união, cujo objetivo é valer-se da ferramenta para dar transparência a suas ações e combater possíveis fraudes.

**4) “Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil”,** que é o número de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) usuários de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total estimado (IBOPE/Net Ratings) de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais).

O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito de usuários da Internet (pessoas naturais), no entanto dificuldades para definir o total de



usuários que se valem da certificação digital inviabilizaram a apuração do índice.

Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecido pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações.

Estão sendo iniciados estudos para definição de novo indicador com base nova metodologia disponibilizada pela SPI.

Na realidade, fica evidente a importância que o uso do certificado digital assumiu para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores somente poderão acessar determinados sistemas da Receita Federal mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a Prontuários Eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório tendo em vista a adoção em, praticamente, todo o judiciário de processos eletrônicos que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual.

A tendência é de franco crescimento no uso de certificados digitais na Internet em função dos Projetos em andamento:

a) Projeto RIC – Registro Único de Identidade Civil prevê a emissão de novos documentos de identidade civil, em âmbito nacional, emitido em formato *smart card* valendo-se da mais avançada tecnologia de identificação, segurança de dados pessoais do cidadão e certificado digital. A perspectiva é de emissão de 2 milhões de RICs ainda em 2011 e até 2019 que todos os brasileiros estejam de posse do novo documento de identidade.

b) Projeto para Modernização do Passaporte Brasileiro que passará utilizar *chips* sem contato, seguindo o padrão ICAO para documentos de viagem.

Outras iniciativas como a nova identidade a ser expedida para profissionais da área médica pelo Conselho Federal de Medicina Federal contribuirão para a alavancagem do produto.

### 3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

No decorrer do exercício de 2010 não houve registros na conta 2.1.2.1.1.11.00 – Por insuficiência de créditos/recursos.

### 4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

A movimentação e saldo de restos a pagar de exercícios anteriores apresenta a seguinte situação:

**Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI – Não processados**  
R\$ 1,00

Ano de Inscrição	Inscritos no exercício	Inscrições exercícios anteriores	Cancelados	Pagos	A pagar
2008	1.664.787	73.087	334.734	1.323.788	79.352
2009	932.282	79.352	230.601	769.662	11.371
2010	2.327.696	11.371	262.272	2.064.988	11.806

Fonte: SIAFI2010



A inscrição de empenhos em Restos a Pagar não Processados se referem, em sua maioria, a contratos firmados com preços estimados.

Destaca-se que o saldo de Restos a Pagar a Liquidar refere-se a algumas pendências por parte de nossos fornecedores, que impediram a liquidação por esta Autarquia, das despesas correspondentes.

#### Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI – Processados R\$ 1,00

Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2008	53.041	0	0	53.041
2009	12.056	12.056	0	0
2010	0	0	0	0

Fonte: SIAFI2010

#### 5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

##### a) Composição do quadro de servidores ativos

O Instituto não possui quadro próprio de pessoal. Os recursos humanos existentes são ocupados por servidores requisitados de outros órgãos da administração federal e estadual, regidos pela lei nº 8.112/90 e CLT, tendo ainda servidores sem vínculo empregatício e aposentados, todos nomeados para cargo ou função de confiança.

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2010			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Requisitados de Governo Estadual - RJ	01		
Requisitados- Lei 8.112/90	14		
Servidores aposentados nomeados 8.112/90	04		
Servidores nomeados sem vínculos	08		
<b>Requisitados -CLT sem ônus</b>	03		
<b>Requisitados-CLT ônus ressarcido</b>	06		
<b>Servidor aposentado-CLT</b>	01		
<b>Total</b>	<b>37</b>		

Fonte:

Considerando a inexistência de quadro próprio, não foram preenchidas as colunas “Lotação Autorizada” e “Lotação Ideal”.

##### b) Composição de quadro de servidores inativos e pensionistas



Como o Instituto não possui quadro próprio de pessoal, também não conta com servidores inativos e pensionistas.

**c) Composição do quadro de estagiários**

O ITI mantém convênio com o CIEE para alocação de estagiários. Atualmente o ITI, por meio desse Convênio, emprega 12 estagiários com remuneração de bolsa estágio.

**d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos**

Custos com a manutenção dos recursos humanos						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Outras Desp. Variáveis	Sentenças Judiciais	Desp. Exerc. Anteriores	Obrigações Patronais
<b>Requisitados sem ônus e sem vínculo</b>						
2008	39	1.843.502,52	32.277,83	0,00	28.565,68	3.904,32
2009	38	1.879.628,86	23.663,17	18.996,59	311,60	37.904,32
2010	38	1.898.440,00	29.479,00	0,00	0,00	266.292,00
<b>Requisitados com ônus para o ITI</b>						
2008	05	1.225.951,57	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	06	1.373.210,64	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	06	1.521.410,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços**

O Instituto não dispõe de quadro de pessoal próprio, por essa razão é obrigado a contratar mão de obra terceirizada para apoio administrativo, respeitadas as funções e de acordo com as normas aplicáveis.

Em 2010, esta Autarquia submeteu à apreciação da Casa Civil em 2010, proposta para reestruturação do Instituto e criação de quadro próprio. Até o momento o assunto permanece sob análise, sem decisão.



Natureza da Despesa	Quantidade prevista em Contrato	Utilizados
Apoio Administrativo I	14	12
Apoio Administrativo II	23	16
Apoio Administrativo III	17	15
Recepção e Auxiliar Operacional	7	7
Copeiragem e garçom	4	4
Limpeza	6	6
Vigilância – postos 24hs/dia	6	5
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>65</b>

#### f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não se aplica visto que o Instituto ainda não dispõe de quadro de pessoal próprio.

#### 6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

As movimentações de crédito, por descentralização, ocorreram em função de Termos de Cooperação firmados com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Fundação Universidade de Brasília – FUB e Secretaria de Política de Informática – SEPIN do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, conforme quadro abaixo.

O Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina tem como objetivo o desenvolvimento de aprimoramentos dos Softwares Ywapa e Ywya, conferindo maior robustez, usabilidade e segurança ao sistema.

O Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília visa ampliar o conhecimento dos setores público e privado no uso do software livre voltado à certificação digital através do ensino à distância.

O termo de Cooperação com a Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT visa a implantação do ASI-HSM na Infraestrutura de Chaves Públicas ICP – Brasil.

#### Transferências Orçamentárias e Financeiras (Convênios e TDC)

R\$ 1,00

Tipo TC nº	Favorecido	Processo nº	Objeto	Orçamentário	Financeiro
02/2009	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC	00.100.000223/2009-95	Desenvolvimento softwares SGC - YWAPA e YWYRA	166.400	166.400



01/2010	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB - UNB	00.100.000239/2009-06	Projeto CDTC	190.000	190.000
02/2010	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT	00100.000185/2010-12	Projeto ASI-HSM – ICP Brasil	580.272	580.272
<b>TOTAL</b>				<b>936.672</b>	<b>936.672</b>

**7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.**

DECLARAÇÃO			
UG: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		Código da UG: 243001	
<p>Declaro que as informações referentes a Contratos, bem como Convênios, Contratos de Repasse, firmados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, estão disponíveis e atualizados, respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.</p> <p>Declaro ainda, que no exercício de 2010, esta Autarquia não realizou nenhum Convênio e nem Termo de Parceria, portanto não tendo nenhum registro no SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto 2008.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	30/03/2011
Responsável	Nathércia Maria Ribeiro de Almeida	Área	Licitações e Contratos

**8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.**

O Instituto cumpriu fielmente os procedimentos exigidos pela Lei nº 8.730/93.

**9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da unidade, contemplando os seguintes aspectos:**

**a) Ambiente de controle**



A área finalística se sujeita às normas de controle estipuladas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil. A área administrativa cumpre as orientações legais de controle específicas de cada área.

**b) Avaliação de risco**

A avaliação de risco das ações examinadas são considerados de leve e médio porte, dada às complexidades e relevância dos controles de execução dos fatos administrativos.

**c) Procedimentos de controle**

São examinados e avaliados o cumprimento da programação das atividades e projetos, considerando os critérios de materialidade, grau de criticidade, reincidência de impropriedades, envolvendo as ações gerenciais e verificando os procedimentos relacionados pela área analisada, com vistas a comprovar a conformidade de sua execução.

**d) Informações e Comunicação**

Utilizadas diligências e/ou memorandos para comunicar ou solicitar informações a respeito dos exames efetuados e, se for o caso, recomenda correções ou eliminação da imperfeição, em decorrência do resultado de trabalhos específicos.

**e) Monitoramento**

A área finalística dispõe de mecanismos de controle sistematizados, ao passo que a área administrativa utiliza-se das ferramentas disponíveis nos sistemas de gestão pública federal.

**10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços de obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto 5.940/2006.**

O Instituto adota os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços de obras. Com relação à separação dos resíduos recicláveis descartados, informamos que o Instituto, por ocupar área em edifício empresarial, está sujeito às regras condominiais de tratamento de resíduos.

**11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da unidade, classificado como Bens de Uso Especial, de propriedade da União ou locado de terceiros.**

O Instituto não dispõe de sede própria ou outro patrimônio imobiliário.

**12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da unidade, contemplando os seguintes aspectos:**

**a) Planejamento da área:**

O planejamento da área de TI é feito anualmente por meio do documento *DIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES*, onde são identificadas as



necessidades de cada área e elaborado o plano de investimentos que contempla a estimativa de custos do investimento em bens e serviços. Esse diagnóstico é publicado oficialmente no **ANEXO III do PDTI 2010-2011 – Plano Diretor de Tecnologia da Informação**.

**b) Perfil dos recursos humanos envolvidos:**

A equipe é composta por um Chefe de Serviço, quatro analistas da informação cedidos pelo MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que desempenham atividades de gestão em TI e oito estagiários que dão suporte operacional aos servidores do ITI.

**c) Segurança da Informação:**

Em 2010 foi elaborado o documento **NORMA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ITI** que tem o objetivo de estabelecer controles e diretrizes de segurança quanto ao tratamento de informações, o uso apropriado, a proteção, a privacidade efetiva aos usuários e a própria administração desses recursos no âmbito interno do ITI. A norma se aplica aos servidores, terceirizados, estagiários e demais agentes públicos que executam atividades vinculadas à atuação institucional do ITI, bem como a todos os usuários de recursos de Tecnologia da Informação no âmbito do Instituto.

**d) Desenvolvimento e produção de sistemas**

Os serviços de desenvolvimento e de produção de sistemas, quando necessários, tem sido contratados com terceiros, cabendo ao ITI apenas a definição do produto e a gestão da contratação.

**e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

O Instituto tem uma área específica para a gestão de bens e serviços de TI.

**13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.**

As despesas com Cartões de Crédito Corporativo apresentaram a seguinte evolução nos últimos três anos, mantendo-se dentro dos parâmetros esperados.

**Despesas com Cartões de Crédito Corporativo**

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010
Saque	1.780	3.047	3.034
Fatura	553	1.337	4.390
GRU	-32	-3	-6
<b>TOTAL</b>	<b>2.301</b>	<b>4.381</b>	<b>7.418</b>



Fonte: Siafi2010

**14. Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social**

Não houve renúncia tributária no âmbito deste Instituto no exercício de 2010.

**15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno ou as justificativas para o não cumprimento.**

No sentido de atender a recomendação da Secretaria de Controle Interno/PR, por meio do Ofício-Circular nº 005/2010/ASSES-CISET-CC-PR, objeto do Acórdão nº 1074/2009-TCU – Plenário, o Instituto submeteu à apreciação da Casa Civil, em 31 de maio de 2010, proposta de adequação da estrutura da autarquia, onde está prevista a criação de Auditoria Interna. O assunto permanece sob análise daquela esfera, sem decisão até o momento.

**16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.**

Nada a consignar, todas as recomendações foram atendidas.

**17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.**

A intensificação do emprego das tecnologias da informação e comunicação, em especial da Internet, pelas sociedades globalizadas em geral, tem demonstrado e comprovado vantagens de natureza técnica, econômica e social em relação aos meios tradicionais físicos (papel), que não podem mais ser desconsideradas. A desmaterialização de processos, representada pela elaboração, tramitação, manipulação e armazenamento de informações e documentos essencialmente por meios eletrônicos, proporciona maior disseminação do conhecimento, principal ativo da Sociedade da Informação em que vivemos, ao romper fronteiras territoriais, barreiras culturais e mesmo discriminações de qualquer natureza.

A Certificação Digital ICP – Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, possibilitou a solução de tais problemas, uma vez que dadas suas propriedades derivadas da matemática avançada, garante às informações e documentos eletrônicos autenticidade, integridade, não-repúdio e confidencialidade, além de, por força de lei, a MP 2.200-2, validade jurídica.

Desta forma, pelo emprego da Certificação Digital ICP – Brasil, estão dadas as condições técnicas e jurídicas para o pleno desenvolvimento das transações eletrônicas no âmbito da sociedade brasileira, uma vez que torna-se possível a identificação segura das partes envolvidas, garantindo ainda que a manifestação de suas vontades, por meio dos contratos eletrônicos, ou outros instrumentos quaisquer, tenham plena segurança e eficácia jurídica.

Nesse âmbito, o Programa de Massificação da Certificação Digital da ICP – Brasil atingiu o



nível de maturidade em 2010 e elevou o Brasil a um patamar de destaque na adoção da certificação digital em larga escala, tanto do ponto de vista da capilaridade como da quantidade de aplicações e certificados emitidos, que ultrapassaram a marca de 1.300 mil em 2010, representando um crescimento de 300% em relação ao ano anterior.

### Capilaridade da Infraestrutura ICP – Brasil

A capilaridade da ICP – Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, apresentou evolução bastante significativa, conforme quadro abaixo. Atualmente, existem 861 pontos de atendimento, onde o cidadão e empresas podem obter seu certificado, distribuídos por 250 municípios. A infraestrutura de pontos de atendimento cresceu 61% em relação ao ano anterior e ainda há muito que crescer, inclusive para atender projetos como RIC – Registro de Identidade Civil. De toda forma, os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

**Capilaridade da Infraestrutura ICP – Brasil - 2010**

Credenciamentos	Total até 2008	Total 2009	Total 2010	Acréscimo % 2010
Autoridades Certificadoras	34	36	39	8%
Autoridades de Registro	150	208	319	53%
Instalações Técnicas	348	534	861	61%
Auditores Independentes	09	11	11	0%
Certificados Emitidos	630.000	325.000	1.300.000	300%

### Avanços no Número de Aplicações e Interoperabilidade Nacional e Internacional

Os avanços da Certificação Digital vêm permeando todos os segmentos da sociedade brasileira, estando presente em transações de comércio eletrônico, governo eletrônico, justiça eletrônica, banco eletrônico, Nota Fiscal Eletrônica - NFe, Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, diversas transações da Receita Federal (e-CAD, e-CPF, e-CNPJ, DIRF, DCTF, etc.), Sistemas de Pagamentos Brasileiro – SPB, aplicações internas nas administrações públicas dos três poderes e das três esferas, como por exemplo, o SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, COMPRASNET, SIDOF – Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior, aplicações de governo eletrônico voltadas ao cidadão como emissão de passaportes, PROUNI, GESP – Sistemas de Gestão Eletrônica de Segurança Privada da Polícia Federal, SABESP, IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, dentre outros.

Do ponto de vista de novas aplicações da Certificação Digital, o destaque em 2010 ficou por conta do novo Registro de Identidade Civil – RIC. O ITI participou ativamente dos trabalhos com órgãos dos setores público e privado para o desenvolvimento da parte eletrônica do registro de



identidade civil. Emitido sob o formato de *smart card*, o RIC possui a mais avançada tecnologia de identificação, segurança dos dados pessoais do cidadão e certificado digital, colocando um ponto final ao anonimato na rede mundial de computadores.

Trata-se de projeto de alcance nacional que beneficiará todos os cidadãos brasileiros. O RIC passará por etapas graduais de implantação no país. Os primeiros exemplares foram emitidos no final de 2010 e a perspectiva é de emissão de 2 milhões de RICs ainda em 2011 e até 2019 que todos os brasileiros estejam de posse do novo documento de identidade.

Novas aplicações e esforços para ampliar a interoperabilidade se encontram em pleno desenvolvimento, inclusive no âmbito internacional, tais como o COD – Certificado de Origem Digital/MDIC e a implantação de modelos de Infraestrutura de Chaves Públicas similares ao brasileiro em outros países do Mercosul, sendo que Cabo Verde, Cuba e Equador já firmaram acordo para uso da tecnologia brasileira.

### **Crescimento no Número de Certificados Digitais Emitidos**

Em termos de número de certificados emitidos, as principais ações que propiciaram essa alavancagem foram as iniciativas da Receita Federal, como a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e e o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Em 2010, o número de pessoas jurídicas que se utilizaram da NF-e superou a marca de 450 mil empresas e a tendência é de franco crescimento para 2011. Em 2009 foram emitidas 682 milhões de NF-e por um total de R\$ 9 trilhões, ao passo que em 2010 foram emitidas 1.966 milhões de NF-e por um total de R\$ 76 milhões, representando um crescimento de 190% nesse período. Os ganhos dessas aplicações são significativos, haja vista a economia de papel e armazenagem, padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança.

Os números ainda demonstram que houve expansão em outras áreas que justificam o aumento nas emissões de certificados digitais. Iniciativas como as ações internas dos Governos Municipais, Estaduais e União, cujo objetivo foi dar transparência e combater possíveis fraudes é um aspecto que merece destaque. Outro está relacionado com a importância do uso profissional que a certificação digital assumiu para determinadas categorias, como por exemplo, para contadores, médicos e advogados. No caso desse último, a adoção em praticamente todo o judiciário de processos eletrônicos que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente pelo meio virtual, foi muito relevante para a certificação digital.

Por outro lado, é importante destacar que o número de certificados nem sempre reflete a amplitude do uso da ferramenta, por exemplo, no segmento bancário em média 5 mil certificados digitais dão suporte a todas as transações interbancárias realizadas através do SPB – Sistema Pagamentos Brasileiro.

A missão para 2011 é a construção e acompanhamento do projeto de Registro de Identidade Civil – RIC. A perspectiva é de emissão de 2 milhões de RICs ainda em 2011 e até 2019 que todos os brasileiros estejam de posse do novo documento de identidade.

### **Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico voltados à Certificação Digital**

Ao ITI compete ainda estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital. Nesse vetor, o Instituto tem



como sua principal linha de ação a popularização da certificação digital e a inclusão digital, atuando sobre questões como sistemas criptográficos, software livre, hardware compatíveis com padrões abertos e universais, convergência digital de mídias, entre outras.

Para tanto, o Instituto deu continuidade às ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento sobre certificação digital junto às universidades, mediante a assinatura de Termos de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina e com a Fundação Universidade de Brasília – FUB, que atuarão no desenvolvimento de aprimoramentos dos softwares Ywapa e Ywyrá e desenvolvimento de ações para consolidação do uso de software livre, mediante a qualificação dos setores público e privado através do ensino à distância. Também firmou Termo de Cooperação com a Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia para implantação do ASI-HSM na Infraestrutura de Chaves Públicas ICP – Brasil.

### **Popularização e Massificação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil**

Ao longo do ano o ITI continuou seu trabalho de popularização e massificação do uso de certificados digitais ICP - Brasil no país, mediante a ampliação da infra-estrutura propriamente dita, no fomento e na realização e/ou participação de eventos promocionais da tecnologia, bem como no apoio ao desenvolvimento de projetos e aplicações envolvendo certificação digital ICP – Brasil.

O objetivo é levar ao conhecimento dos vários segmentos da sociedade as possibilidades que a certificação digital pode oferecer para a melhoria de vida do cidadão, permitindo aperfeiçoar a gestão de processos, tanto públicos como privados, imprimindo eficiência, agilidade e redução de custos, associados a aumento nos aspectos de segurança.

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital em 2010, o ITI organizou a oitava edição do Fórum de Certificação Digital - 8º CertForum, que teve como objetivo disseminar e debater o futuro da certificação digital no país. O evento foi realizado em etapas regionais nas cidades de Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belém/PA e Brasília/DF e contou com, aproximadamente, 2.600 (dois mil e seiscentos) inscritos entre empresários, especialistas, acadêmicos, estudantes, funcionários públicos e fornecedores de soluções. As ações de divulgação foram suspensas no período eleitoral, na forma da lei, e foram retomadas em novembro com a etapa de Belém, que encerrou o ciclo do Fórum.

Cabe ressaltar, que a etapa de Brasília foi realizada em conjunto com o 3º Encontro Nacional de Identificação, evento organizado pelo Departamento de Polícia Federal através do Instituto Nacional de Identificação (INI/DPF). Juntos, ITI e Polícia Federal realizaram o 2º Congresso da Cidadania Digital, que reuniu autoridades dos governos Federal e Estadual, especialistas do setor de tecnologia de identificação digital e palestrantes internacionais. O Congresso contou ainda com a presença dos vinte e sete diretores dos Órgãos de Identificação, além de secretários estaduais de Segurança Pública e oficiais das Forças Armadas Brasileira. Nesse contexto, o evento criou um amplo espaço para debates e demonstrações de tecnologias, como o novo Registro de Identidade Civil (RIC).

O ITI também editou a **Revista Digital** – Ano 1 – nº 3 - 1º Semestre 2010, publicação informativa sobre o estado-da-arte da Certificação Digital Brasileira.

### **Capacitação Técnica em Certificação Digital**

No âmbito da capacitação técnica, foram realizados os seguintes treinamentos técnicos:

- **Curso ministrado pelo Observatório Nacional – ON** - Rio de Janeiro, com o intuito de aprofundar conhecimentos sobre as plataformas de operação e rastreabilidade dos relógios atômicos da infraestrutura de carimbo de tempo, conforme Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o ITI e o ON.
- **Curso ABNT sobre Gestão de Riscos**, no período de 14 e 15 de outubro de 2010, em São Paulo-SP. Treinamento sobre procedimentos de gestão de riscos de forma eficaz, eficiente e coerente, transparente e confiável, dentro de qualquer escopo e contexto na Administração Pública, tendo como referência a abordagem genérica descrita na norma ABNT NBR ISO 31000-2009 - Gestão de Riscos - Princípios e Diretrizes.
- **Curso de Cobit 4.1 Foundation**, realizado nos dias 13 e 14/12/2010 e **Itil Foundation V3** nos dias 15 a 17/12/2010 – São Paulo - SP.
- **XV Congresso Latino-Americano de Auditoria Interna (CLAI 2010)**, realizado de 07 a 09/11/2010, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, conforme ofício nº 581/2010-ASSES/CISET-CC-PR, de 28/09/2010, para maior aprimoramento das Atividades de Auditoria Interna.

### **Funcionamento da Infraestrutura de Chave Públicas Brasileira**

Durante o exercício de 2010, o Instituto cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com Certificado Digital ICP – Brasil.

O ambiente da AC-Raiz, de alta criticidade, operou a uma taxa de 99,99% de disponibilidade, durante 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de segurança, de acordo com os padrões definidos pela ICP - Brasil.

### **Evolução Tecnológica**

O Instituto investiu todos os esforços para que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhasse a evolução tecnológica, assegurando a seus usuários o estado-da-arte em segurança da informação e segurança jurídica às transações e documentos eletrônicos.

Assim, o ano de 2010 foi determinante para a implantação de novas tecnologias para o fortalecimento da estrutura de chaves públicas, tais como:

- a) implementação de novos algoritmos criptográficos na Raiz da ICP-Brasil, que garantem longevidade da segurança da informação e permitem a emissão de novas raízes para maior proteção de dados nas transações bancárias e do judiciário.
- b) implantação do Carimbo de Tempo, tecnologia que permite o registro com precisão do momento em que a transação é realizada.
- c) disponibilização de artefatos para o desenvolvimento de aplicativos que façam uso da certificação digital. Os artefatos estabelecem a utilização padronizada da assinatura digital no âmbito da ICP-Brasil e são vitais para a credibilidade do processo de criação e validação de

assinaturas eletrônicas. Tais artefatos simplificam o desenvolvimento de soluções que respeitam as políticas de assinaturas da ICP-Brasil e asseguram a interoperabilidade, a legitimidade e a integridade dos documentos assinados com certificados digitais.

**d)** implantação da fiscalização eletrônica remota e segura das entidades credenciadas no âmbito da ICP – Brasil.

### **Normalização e Pesquisa**

No que tange à Normalização e Pesquisa, foram desenvolvidos trabalhos de prospecção tecnológica relacionados a certificados de atributo, extensão privada para os certificados ICP – Brasil (AIA – Authority Information Access e SIA – Subject Information Access), Biometria, ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*, OID – *Object Identifier* e estudo das atualizações dos normativos do IETF-PKIX - *Internet Engineering Task-Public Key Infrastructure based on X.509 Protocol*, ETSI – *European Telecommunication Standards Institute*, NIST – *National Institute of Standards Technology* e ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas; estudo das normas relacionadas ao uso de certificação digital na saúde (ISO 17090-1, ISO 19090-2 e ISO 17090-3) e Manual de Certificação para Sistema de Registro Eletrônico de Saúde (S-RES), discussão técnica e consolidação do resultado final do GT sobre o fórum do SBTVD – Sistema Brasileiro de TV Digital e certificado de atributo.

### **Auditoria e Fiscalização**

Foi superada meta de Fiscalizações e Auditoria, em que pese o aumento na quantidade de unidades a serem acompanhadas. A solução adotada no exercício foi a implementação de sistemas informatizados visando suprir a deficiência de recursos humanos através da automação de processos e adaptação de procedimentos.

A estratégia objetiva a redução no tempo de auditoria e a possibilidade de direcionamento das atividades de fiscalização a itens específicos, facilitando, inclusive, a atividade de avaliação à distância para requisitos e itens previstos nas Resoluções, onde não se faz necessária a ação presencial do Fiscal, possibilitando a realização de testes em maior quantidade com maior qualidade.

As atividades de Fiscalização e Auditorias contribuíram para a correção de eventuais desvios, tornando o sistema ainda mais seguro.

### **Software Livre**

O Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento - CDTC, projeto conduzido pelo ITI, que propõe a união de esforços entre o setor público, privado e as universidades para ampliar o conhecimento da sociedade no uso do software livre e certificação digital, por sua vez, ofertou milhares de cursos ao longo do ano de 2010, atendendo a mais de 80 mil cidadãos oriundos de 2.600 cidades brasileiras. Desenvolveu ainda vários módulos licenciados que permitem ao

administrador de diversos aplicativos substituir a tradicional dupla *login-senha* pelo uso de certificados digitais.

### **Avaliação da Gestão 2010**

No que se refere aos indicadores de gestão, sob os aspectos da aplicação da economia, eficiência e transparência visando, sobretudo o interesse público, a avaliação da gestão do presente exercício é satisfatória, haja vista os resultados alcançados.

Em relação ao Programa “Certificação Digital”, apresentamos no decorrer deste Relatório muitas realizações. Mais um ano se encerra e o ITI, no transcorrer de 2010, procurou dar estrito cumprimento às metas propostas dentro dos princípios formais vigentes na Administração Pública, bem como o aprimoramento e implementação de normas internas que refletissem o sucesso dos objetivos traçados e planejados.

Tendo como norte os princípios constitucionais da eficiência, eficácia e economicidade, procurou este Instituto, com a colaboração de todos os seus servidores, cumprir as metas que lhe foram atribuídas, apesar da diminuta estrutura organizacional, da insuficiência de recursos humanos e da inexistência de quadro de pessoal próprio.

Por fim, os resultados alcançados no decorrer de 2010 permitem avaliar como *adequada* a execução do Programa de Massificação da Certificação Digital ICP – Brasil.

### **INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

**1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.**

<b>DECLARAÇÃO PLENA</b>			
<b>UG: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação</b>		<b>Código da UG: 243001</b>	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	01/03/2011
<b>Contador Responsável</b>	José Dornelas Batista	<b>CRC nº</b>	7.089 - DF



Brasília, 30 de março de 2011.

Maurício Augusto Coelho  
Diretor-Presidente Substituto